

UFPBNDIHR

TEXTOS

UFPBNDIHR

TEXTOS

UFPBNDIHR

TEXTOS

A CAPITANIA REAL DA PARAÍBA: BASES
HISTÓRICAS DE SUA FORMAÇÃO ECONÔMICA -
1574/1799

IRENE RODRIGUES DA SILVA FERNANDES

TEXTOS UFPB - NDIHR Nº 25

ABRIL/1991

UF

HR

UFPBNDIHR

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é esboçar uma visão global da evolução histórica da Paraíba colonial, através da análise, sob o enfoque econômico, do seu processo histórico. Com tal abordagem, não se desconsidera a globalidade da sociedade concreta na qual se interpenetram as instâncias econômica, social e político-jurídica. Além disso, o recorte espacial envolve um outro nível de preocupação, que é aquela atinente ao estudo da história local. Trata-se, no caso, de uma unidade político-administrativa que tem sua conformação histórica estabelecida enquanto componente de um espaço vinculado, enquanto colônia, ao processo europeu de acumulação primitiva de capital. Não se constitui, pois, historicamente isolada de outras unidades da mesma ordem mas articulada a um conjunto mais amplo.

Na elaboração deste estudo assume-se como pressupostos:

1 - a inserção no contexto do sistema colonial, elemento essencial do processo de acumulação primitiva de capital. Para tanto, há que se reconhecer a dupla tendência apresentada pelo modo de produção capitalista, na sua formação, expansão e desenvolvimento: a tendência da **reprodução** no interior da formação social na qual se apoia e estabelece o seu predomínio; a tendência da **expansão** no sentido exterior dessa formação.¹ Vale dizer que esses dois momentos se entrecruzam e não se estabelecem de forma linear mas diferenciada. Para definir o nível da expansão do modo de produção em uma dada formação, deve-se, pois, levar em consideração:

- o ciclo de reprodução do capital e as relações prevaletentes nos espaços e entre espaços diferenciados, elementos fornecedores de um parâmetro do estágio do capitalismo;²

- o conceito de espaço, como produto da ação humana, logo concebendo-se que a organização espacial não se estabelece de forma "natural" mas a partir de condições históricas determinadas;³

- a periodização como recurso para a apreensão da globalidade do processo histórico e das mudanças aí ocorrentes. Isto implica no entendimento de que o modo de produção capitalista ao realizar a sua formação e expansão promove alterações no interior do próprio sistema, seja no setor hegemônico, seja no

subordinado e, também, altera as relações entre os espaços diferenciados existentes no sistema.

A partir desses dados, ao se tratar especificamente do espaço paraibano, consideram-se como elementos teóricos mais importantes:

- o espaço paraibano se insere em área submetida ao domínio do capital mercantil. Neste caso, ocorre a preponderância do segmento de atividade voltada para o comércio internacional sendo, pois, "... a dinâmica da economia e as formas de acumulação [eram] explicadas pelo modo como a região se articulava com os países importadores."⁴ Esta submissão aparece traduzida pela existência de uma lavoura extensiva com altas taxas de exploração e pela realização externa das mercadorias;

- a Paraíba, situada na região de mais antiga atuação do capital mercantil, no Brasil "representa uma unidade político-administrativa conformada em um espaço econômico marcado pela hegemonia do grupo comerciante sediado em Recife. Esta situação, ao mesmo tempo em que demonstra não corresponder o recorte político-administrativo a espaços homogeneizados quanto aos interesses econômicos, coloca a necessidade da compreensão das peculiaridades que marcam as forças sociais e econômicas sediadas nesses espaços, recortados politicamente."⁵

A partir desses elementos teóricos pretende-se:

- analisar o sentido e a direção do processo de ocupação e organização do espaço paraibano, entre 1574 a 1799;

- levantar os fatos significativos da evolução histórica paraibana, visualizando-os dentro de uma dimensão de globalidade;

- explicitar a especificidade da formação histórica local.

I - O DOMÍNIO DO AÇÚCAR

"E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo..." (Carta de Pero Vaz de Caminha)

Na sexta-feira, primeiro de maio de 1500, Pero Vaz de Caminha despedia-se da Ilha de Vera Cruz enviando ao Rei de Portugal a carta-registro do "achamento" da nova terra. Estava em formação o império colonial português, significando a submissão de amplos territórios às necessidades da acumulação primitiva do capital pela burguesia européia e do fortalecimento do poder pelo Estado metropolitano.

A diversidade, proclamada por Caminha, não aproveitada, porém, o colonizador. Através da implantação de uma estrutura de produção para atender à demanda do mercado europeu, intenta-se o aproveitamento econômico da terra. Em consonância com tal objetivo se define a exploração de um produto-base: o açúcar; de uma relação social dominante: o escravismo; de uma forma de propriedade: o latifúndio; de um mecanismo de apropriação do excedente: o monopólio comercial. Assim, se organiza uma teia de relações, que articula o espaço colonial ao metropolitano, através de três agentes principais:

"dois metropolitanos, o grupo mercantil, condutor do processo de circulação, e o Estado nacional, condutor do processo de domínio político, além do grupo de proprietários rurais, condutor do processo de produção para o mercado no âmbito do espaço colonial".⁶

No que tange ao atual território do Nordeste, a ocupação de sua área litorânea é efetivada tão logo se define o caráter da colonização, implantando-se, na Capitania de Pernambuco, a produção canavieira.

Durante mais de cinquenta anos o território da Capitania de Itamaracá mantém-se como área de exploração do pau-brasil.⁷ Além de atender aos interesses daqueles a quem faltavam recursos para instalar engenhos ou não pretendiam a fixação na terra mas apenas mercadejar, a atividade satisfazia ao objetivo de lucro da metrópole.⁸

Por outro lado, a não ocupação efetiva da terra pelo colonizador português permite a presença de mercadores de outros países, tornando-a locus da competição internacional.

É importante ressaltar que a ação dos invasores não se faz sobre um território vazio mas em área ocupada por índios pertencentes ao grupo tupi (mapa nº 1), o qual constituía:

"... uma unidade linguística e cultural, possuía cultura mais complexa que outros grupos indígenas [...]. Praticavam uma agricultura incipiente com o uso de ferramentas de pedra polida e também coleta, a caça e a pesca, possuindo apetrechos adequados a todas essas atividades. ... Costumavam também plantar em conjunto, coletar, caçar e pescar juntamente e repartiam os alimentos entre eles."⁹

Para os potiguara, habituados ao semi-nomadismo, o contato com as novas gentes não traz, inicialmente, problemas. Realizar as tarefas de corte e ajudar no transporte e embarque do pau-brasil constituíam-se em tarefas que não pareciam interferir no seu modo de viver. Mas já nessa fase de escambo estão sendo introduzidos em uma nova relação. Em troca do seu trabalho recebem

"... as ferramentas, como está em costume, mas por induzirem os índios a fazer brasil, dão-lhes contas da Bahia e carapuças de penas e roupas de cores [...] e o que é pior, espadas e espingardas..."¹⁰

Está sendo preparado o cenário da luta que se explicitará no momento em que a necessidade de defender os interesses açucareiros, já instalados na Capitania de Pernambuco, exigir a maior segurança e a expansão dos investimentos uma vez que a forma de exploração do pau-brasil

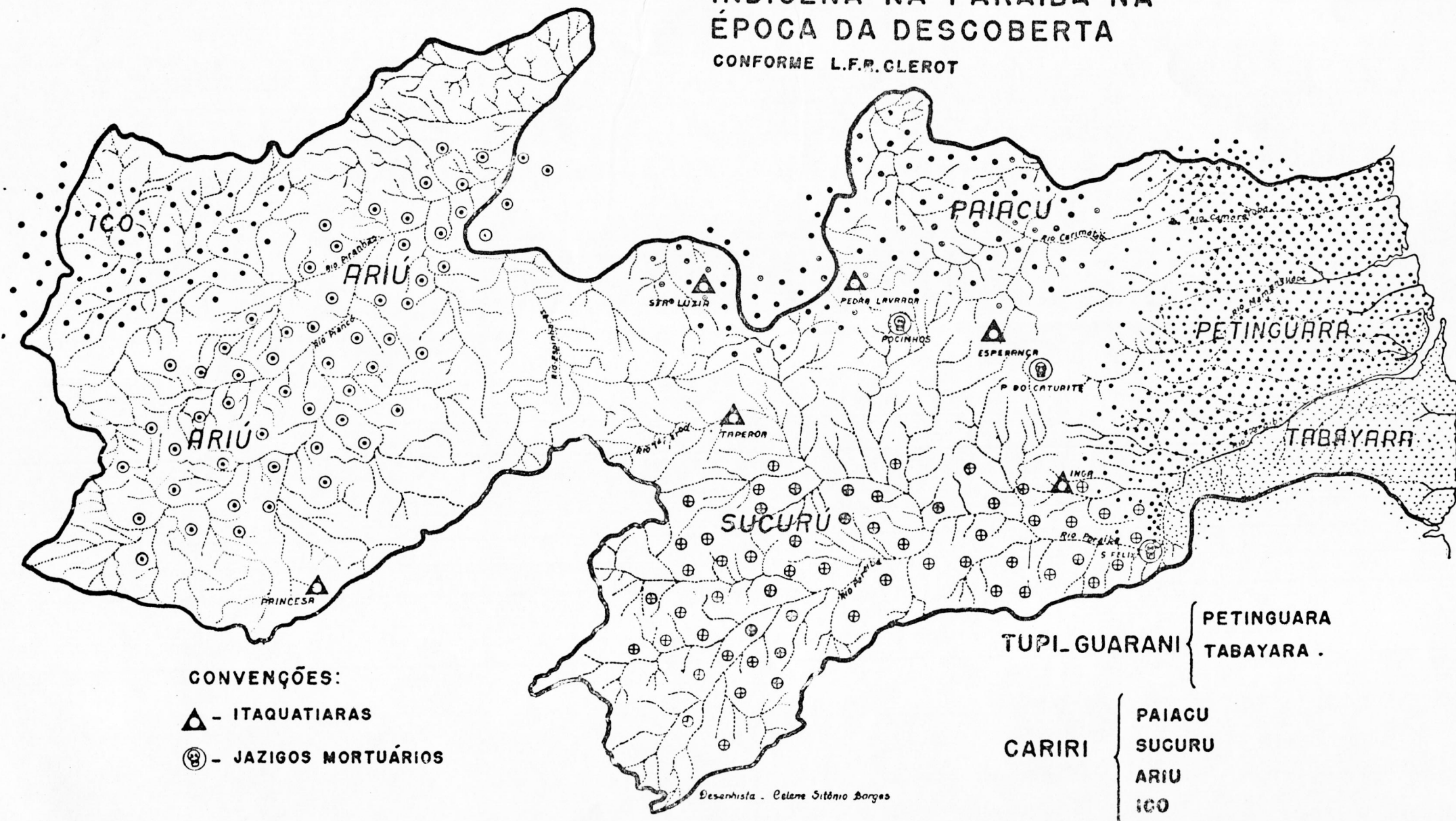
"... abria concorrência no recrutamento da mão-de-obra com os lavradores de canaviais e senhores de engenho, pelo que já não era possível obter, como dantes quem trabalhasse as terras e fizesse as obras necessárias aos engenhos ou viesse vender mantimentos aos colonos. E agora, armados, obrigavam os moradores a maiores gastos para sua defesa."¹¹

O ataque indígena ao engenho Tracunhaem, em 1574, expressa a contraposição entre dois mundos.¹² Durval Muniz explica a mudança na relação entre os brancos e os índios, nos ter-

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO INDÍGENA NA PARAÍBA NA ÉPOCA DA DESCOBERTA

MAPA Nº 01

CONFORME L.F.M. CLEROT



mos que seguem:

"O conflito [...] está expresso na própria forma como produzem, ou seja, como e para que produzem. O índio vê a natureza como sua fonte de vida, extraindo dela o seu sustento através da caça, da pesca, da coleta, ou mesmo imitando-a ao praticar a agricultura; ela é dávida para todos e a fusão entre homem e natureza é completa; o branco, no entanto, vê nela a fonte de onde deve extrair o lucro, através da exploração dela e dos que nela habitam, ela será conquistada por poucos..."¹³

Mas Tracunhaem expressa também a contraposição entre duas formas de conceber a exploração colonial e os desdobramentos demonstram a opção portuguesa: a criação da Capitania Real da Paraíba representa a forma específica usada pela coroa portuguesa para assegurar a conquista da terra e a atividade canavieira, o meio de garantir a posse efetiva da mesma e o seu aproveitamento econômico. A conquista da Capitania se faz através de sucessivas expedições, dentre as quais se destacam as constantes do quadro nº 01 e que encontram a forte resistência indígena, também exposta no quadro já referido. (vide anexo nº 02).

Para realizar o desígnio de conquista da terra se associam órgãos e representantes da administração metropolitana e homens de recursos, vinculados à cultura canavieira ou ao comércio em Pernambuco. Deve ser destacado, porém, nessa empresa o uso da força e os dotes dos índios aliados ou em regime de escravidão.¹⁴

Após alcançar o objetivo, os conquistadores passam a solicitar à coroa portuguesa a recompensa pelos esforços e recursos dispendidos, através da doação de terras destinadas, seja à fixação de residência, seja à instalação de engenhos e currais. É o que revelam as cartas de sesmarias emitidas entre 1586 e 1624, anotadas por João de Lyra Tavares e expostas no quadro nº 02:

QUADRO Nº 02
SESMARIAS DA PARAÍBA - 1586/1624

Nº	ANO	REQUERENTE	JUSTIFICATIVA	LOCAL	OBJETIVO
01	1586	João Afonso	Conquista/despesa	Rio Una	Engenho
02	1587	Fco.G.Serralheiro	Serviço Real	Varadouro	Casas, quintais
03	1589	Gaspar Giz	Conquista/morador	Rua Nova	Casas

Nº	ANO	REQUERENTE	JUSTIFICATIVA	LOCAL	OBJETIVO
04	1595	Pe.Damião da Fonseca	Serv. de Deus e Real		Mosteiro São Bento
05	1599	Pe.Anastácio	Serv. de Deus e Real		Mosteiro São Bento
06	1613	Ambrósio Brandão	Posse em engenho/Conquista/despesa	Rio Gargaú	Logradouro e lenhas para engenho
07	1614	Índios de Jacóca	Conquista/evitar problemas e garantir o aldeamento	B.Gramame	Lavoura de mantimentos
08	1615	Fco.G.de Oliveira	Serviço Real	R. Camaratuba	Roças e criação
09	1615	Affonso Netto	Conquista/despesa	R.Manguape	Nada consta
10	1615	Pedro H. Ravasco	Serviço Real	R. Guraja	"grangear s/ vida"
11	1614	Antonio de Sampaio	Servir ao Rei	Camaratuba	beneficiar curral
12	1615	Raphael de Carvalho	Conquista/despesa	R.Manguape	Lavoura/criação
13	1619	Raphael de Carvalho	Conquista/despesa	Curimatay/Capaoba	Lavoura e granjearia
14	1621	Manoel de Lima	Conquista/despesa	Macaré/Patuba	Nada consta
15	1621	Pedro Cadena	Benefício de engenho	Capaoba	Retirada de madeira e outros logradouros e pastos p/o engenho
16	1621	Duarte G.da Silveira	Insuficiência de terras p/engenhos	Rio Una	Pastos e logradouro
17	1624	A.de Valcacer Moraes	Conquista	R.Manguape	Lavoura e criação

FONTE: TAVARES, João de Lyra. Apontamentos para a História Territorial da Parahyba. Edição Fac-similar. Coleção Mosso-roense, Vol. CCXLV, 1982, p. 29/40.

A terra se constitui no principal meio de produção, tornando-se, pois, a sua propriedade uma das condições para a instalação de engenhos. Face ao caráter extensivo que pelas circunstâncias e interesses do capital comercial, assume a produção da cana-de-açúcar, a concessão de sesmaria constitui-se em um

dos suportes para o desenvolvimento dessa atividade.

Se bem que nem todas as cartas estejam registradas na obra de João de Lyra Tavares, o conteúdo das que estão arroladas é revelador do caráter da ocupação em ocorrência.

No que tange ao uso do solo, percebe-se a destinação à cana-de-açúcar, ao gado e à lavoura de subsistência. Cabe, neste sentido, anotar que a ocupação agrícola concentra-se nas várzeas do Rio Paraíba, em suas margens ou de seus afluentes. O Relatório de Adrian van der Dussen menciona, em 1639, a existência de 17 engenhos, 15 dos quais situados na área citada.¹⁵ Além disso, merece ressaltar a preocupação dos requerentes de terras para engenho no que se refere à garantia de áreas para pastos, reserva de madeira e água. Aparece aí a atividade criatória como complementar à canavieira, uma vez que a sua produção destina-se à subsistência ou força motriz dos engenhos. Na carta de sesmaria de Antônio Sampaio fica patente que o domínio do espaço é a cana-de-açúcar, ao pedir

"... terras em Camaratuba [...] no que fazia serviço a S.M. pela multiplicação de gado vaccum nestas partes e ser parte remota desta cidade em mais de 15 léguas."¹⁶

Logo, o gado ia ocupando área ainda não passível de utilização para a cana-de-açúcar. O caráter de complementariedade fica ainda explícito pela junção das atividades de criação e lavouras de subsistência. Novamente a idéia de predomínio da cana aparece na carta de doação aos índios da Aldeia da Jacoca:

"... attento que foram os conquistadores della nos tempos das guerras com os potiguaras, ajudando sempre os brancos a conquista e povoação desta capitania e avendo alguns brancos a que nellas de pouco tempo a esta parte estivessem com pretensão de posse e adquirido direito despejassem [...], visto, outro sim, não serem terras capazes de engenho e só servirem para mantimentos e conservação da dita Aldeia."¹⁷

A análise da carta anterior, assim como a de outras doações revela ainda o caráter seletivo que rege as doações. A carta de João Affonço registra como justificativa "... porque era esta Capitania comessada a povoar e tem necessidade de pessoas ricas que a possam povoar e porque elle suplicante he homem rico e afortunado..."¹⁸ Em outras cartas atenta-se para os gastos particulares feitos nas guerras de conquistas e as posses garantidoras da ocupação efetiva da terra. Estes regis-

tros são mais frequentes nas requisições de engenhos, enquanto para outros fins ressaltam-se os serviços prestados ao Rei, a moradia na Capitania ou as vantagens para a Fazenda Real. Dependendo de tais condições, define-se a extensão das terras, geralmente entre uma e duas léguas.

Percebe-se que, ao lado da importância dos fatores econômicos, se aliam os de outra ordem, qual seja, o do status, pré-requisito do poder, envolvendo, o ser atendido, uma forma de reconhecimento pela Coroa e a garantia de direitos específicos.

À distribuição de sesmarias pode, pois, ser atribuída a responsabilidade pelo caráter privado assumido pela propriedade da terra, base da estrutura latifundiária presente na região açucareira.

A expansão da cana-de-açúcar na Paraíba se faz em ritmo regular. Se bem que hajam algumas discordâncias, a evolução do crescimento, até a invasão holandesa, é a que se segue: 01, em 1586; 14 ou 15, em 1601; 10, em 1612; 18, em 1634.¹⁹

Enquanto isso, Pernambuco soma em 1630, cento e sessenta e quatro engenhos em funcionamento. Tais números são indicativos de um domínio mais amplo, alí, exercido pelo capital comercial que organiza o espaço, em função de sua própria reprodução. Assim, concentra a produção, as instalações de infraestrutura de comércio e crédito em Olinda/Recife e busca expandir, segundo as suas necessidades e sob seu controle, a sua área de atuação. É necessário frisar que a atividade açucareira na Paraíba tem seu desenvolvimento marcado pela posição complementar e dependente do setor mais forte localizado em Pernambuco que, não por acaso, sedia os agentes que controlam internamente o movimento comercial.

No período que medeia a fundação da cidade de Nossa Senhora das Neves e o domínio holandês (1585-1634), dá-se, pois, a consolidação do povoamento da parte oriental da Capitania Real, indo até os contrafortes do Planalto da Borborema. Neste período, segundo Aécio Villar

"A cidade cresceu, o comércio aumentou e a colonização avançava pelos vales do Gramame, do Mamanguape e seus afluentes e do Camaratuba. Montando engenhos, ocupando com a cana-de-açúcar as várzeas destes rios e aproveitando as terras menos férteis na cultura de mantimentos e criação de gado. Foi na realidade um período de pujança econômica para o Nordeste, quando três das suas

Capitanias - Pernambuco, Itamaracá e Paraíba - somente em açúcar rendiam mais que todo o comércio com as Índias."²⁰

A conformação do espaço paraibano, cujas bases históricas se firmam na estreita dependência aos ditames do capital comercial, é marcada, no segundo quartel do século XVII, pelos desdobramentos das lutas pela hegemonia internacional. O palco do conflito de interesses desloca-se para a área de produção açucareira, forma encontrada pela Companhia das Índias Ocidentais para garantir os capitais aí investidos e o controle do fluxo de comercialização.

Com a presença holandesa no Nordeste, a partir de 1624 e o seu estabelecimento na Paraíba em 1634, desorganiza-se a produção canavieira, havendo, todavia, a preocupação em manter a estrutura produtiva. Isto aparece claro nas garantias firmadas pelos holandeses aos "senhores de engenhos, lavradores e demais moradores", dentre as quais se destacam:

"3º Segurança da propriedade mediante a continuação da paga dos mesmos direitos e alcavalos, não se impondo novos tributos.

4º Concessão de toda protecção aos tratos e negócios.

5º Franquia de passaportes aos que para seus negócios se quizessem auzentar por mar ou por terra."²¹

Graves dificuldades são, porém, enfrentadas pela produção açucareira. Ao lado de inundações (Rio Paraíba, 1641), praga nos canaviais e epidemias (varíola, 1641/42), juntam-se a destruição dos engenhos pelos proprietários (1635) e a queima dos canaviais, como forma de resistência aos holandeses (a partir de 1636). Tais problemas trazem como efeito a diminuição demográfica, a desorganização e a quebra dos vínculos sociais. A perda de um grande número de escravos vitimados pela varíola ou na resistência aos invasores ou, ainda, foragidos para o interior, tem graves repercussões sobre a atividade, que se constituía no esteio da produção. Aos proprietários não se reserva melhor destino - perseguição, fuga, prisão, morte. Aos que sobrevivem restam duas opções: ingressar na luta de resistência ou aceitar a ocupação e colaborar com os holandeses, recebendo em contrapartida o respeito pelos seus bens e posição social. Sugere-se ainda a alternativa de fuga para o interior, estabelecendo-se com a criação de gado."²²

Os proprietários aliados aos holandeses, enfren-

tam, porém, outra ordem de problemas, quais sejam, as dívidas e as pressões da Companhia das Índias Ocidentais.

"O problema atingiu a todos os cultivadores, pois já em 1642 o Escabino Manuel Queiroz Siqueira comunicava ao Governo do Recife que todo o açúcar produzido na Paraíba naquele ano, não daria para pagar a terça parte do débito dos moradores."²³

As pressões da Companhia se fazem diretamente através dos fiscais - olheiros - nos engenhos, através de férrea fiscalização sobre a produção. Comentando esta situação, José Antônio Gonsalves de Mello informa:

"Este dispositivo dos contratos, que estabelecia fiscais nos engenhos, foi causa de indignação entre os moradores e Frei Manuel Calado escreveu que "nos mais dos engenhos estavam atualmente olheiros da dita Companhia, levando todo quanto açúcar faziam com os mais tirânicos embelecocos que jamais juiz algum formou "e por estas e outras razões era que "os pobres senhores de engenhos não tinham sobre eles domínio útil e só feitorizavam suas fazendas para a desfrutarem flamengos e judeus."²⁴

Sobre as condições da Paraíba holandesa há um relato substancial elaborado por Elias Herckman, em julho de 1639.²⁵ Ao oferecer dados sobre a terra, os seus habitantes primitivos, fatos de sua história e atividades então desenvolvidas, a obra situa-se como fonte importante para dimensionar o espaço de dominação. Com base em suas informações, apresenta-se o quadro nº 03, registrando os engenhos em funcionamento naquele momento.

Em resumo, juntam-se a perda de grande contingente populacional, a elevação dos preços dos escravos negros, a destruição dos engenhos e canaviais, as dívidas e a carência de capitais, acrescidos da baixa do preço do açúcar no mercado internacional e a forte concorrência para se chegar ao estado desolador da economia paraibana no final do domínio holandês. É, pois, sobre terra quase arrasada que se deve processar a recuperação.²⁶

Como unidade sob administração direta da coroa portuguesa, a Capitania Real da Paraíba, mais do que as outras de caráter particular, sente os efeitos da política metropolitana. Todavia, os interesses açucareiros são apoiados através da concessão do privilégio de isenção do pagamentos dos direitos de

QUADRO Nº 3

ENGENHOS DA PARAÍBA - 1639

Nº	ENGENHO	PROPRIETÁRIO	OBSERVAÇÕES
01	Barreiros	Josias Marschal	Confiscado.
02	São Gabriel (Middelburg)	Isaac de Rasieri	Confiscado de Ambrósio Fernandes Brandão.
03	São Cosme e Damião (Inobi)	Isaac de Rasieri	Idem.
04	La Rasieri	Isaac de Rasieri	Idem.
05	Velho	Duarte Gomes da Silveira.	
06	Novo	Duarte Gomes da Silveira.	
07	Tibiry de Cima (Sta Catarina)	Jorge Homem Pinto	
08	Tibiry (S.Felipe e Jacob)	Jorge Homem Pinto	
09	Santo André	Jorge Homem Pinto	
10	São João Batista	Jerônimo Cadena	
11	Camelo de Valcassar	Três Reis	
12	São Gonçalo	Antônio Pinto de Mendonça	
13	São Francisco	Ventura Mendes de Castello	
14	(em branco)	André Dias de Figueiredo	
15	Santa Lúcia	João de Souto	
16	Santo Antônio (Vander Dussen)	João Cornelisz Jongeneel	Confiscado de Manoel Pires Correia
17	Espírito Santo	Mense Francen Aurenhout	Confiscado de Manoel P. Correia, vendido a Johan van Olen, depois ao atual proprietário.
18	(em branco)	Manoel Correia Pastano	
19	Tapoá (Itapoá)	Antonio de Valadares	
20	Miriri	Francisco Alvarez da Silveira	em ruínas e fogo morto.

Nº	ENGENHO	PROPRIETÁRIO	OBSERVAÇÕES
21	Camaratuba	Antônio Barbalho	Fogo morto.

FONTE: HERCKMAN, Elias. Descrição Geral da Capitania da Parahyba. Revista da Faculdade de Filosofia da Paraíba. João Pessoa, vol. 2, p. 205/221.

Alfândega por dez anos, dos importados necessários à reedificação e manutenção dos engenhos.²⁷ O quadro nº 04 demonstra as concessões realizadas:

QUADRO Nº 04
CONCESSÃO DE PROVISÕES PARA REEDIFICAÇÃO DE ENGENHOS NA PARAÍBA

DATA DA PROVISÃO	SENHOR DE ENGENHO	NOME DO ENGENHO
Lisboa, 29-11-1659	Francisco Fernandes Furna	Espírito Santo
Lisboa, 20-08-1665	João Fernandes Vieira	Santos Cosme/Damião
Lisboa, 28-01-1670	Martim Gonçalves de Souto	Santo Antônio
Lisboa, 21-06-1670	Manuel G.de Vasconcelos	São Tiago Maior
Lisboa, 10-10-1670	João Fernandes Vieira	Santo André
Lisboa, 10-10-1670	João Fernandes Vieira	São Gabriel
Lisboa, 15-02-1683	João do Rego Barros	Reis Magos
Lisboa, 19-02-1683	João de Freitas Correia	Tibiri de Cima
Lisboa, 11-03-1683	Francisco do Rego Barros	São Gonçalo

FONTE: OLIVEIRA, Elza Régis de. A Paraíba na crise do século XVIII: Subordinação e Autonomia (1755-1799). Fortaleza, BNB/ETENE, 1985, p. 144.

Os nove engenhos agraciados com provisão para reedificação se constituem em unidades existentes antes da dominação holandesa e, com exceção do São Tiago Maior, Santo André e Reis Magos, passaram por confisco ou venda durante esse período. Apresentam-se, agora, com novos proprietários, dentre os quais destaca-se João Fernandes Vieira, um dos líderes do movimento para expulsão dos holandeses.²⁸

As providências da metrópole revelam-se incapazes de propiciar a recuperação da economia açucareira. A carência de capitais, conforme já assinalado, constitui-se em sério entrave ao reerguimento da economia, sobretudo quando a isto se juntam as dívidas atrasadas, a produção irregular, a instabilidade da demanda e dos preços do açúcar. O temor pela perda dos bens e a espera angustiante do atendimento aos pedidos de não execução de dívidas resulta em elemento inibidor dos investimentos, refletindo-se na produção. A Paraíba, que chegara a contar com vinte engenhos, registra nove, em 1663, que produzem 100 caixas de açúcar; em 1712, não se chega a 150 caixas; em 1725, não se completa sequer uma caixa; em síntese, na primeira metade do século XVII, a Capitania não consegue produzir a quarta parte do que produzia antes do domínio holandês.²⁹ Todavia, a permanência das bases estruturais permite a manutenção de um nível de produção garantidor da continuidade da atividade, em um

movimento pendular de avanços e recuos, em estreita dependência de conjunturas internacionais favoráveis.

II - O GADO SE AFASTA DO AÇÚCAR EM CRISE

O espaço paraibano, a partir da década de 1660, se vê marcado por um duplo movimento: o primeiro, representado pela crise da economia açucareira; o segundo, marcado pela inserção de vastas áreas do interior como espaços produtivos, articulados aos interesses do capital mercantil, através da expansão da pecuária.

A criação de gado no primeiro século de colonização respondera às necessidades dos engenhos, localizando-se nas suas proximidades, tornando-se inclusive fator de ocupação de algumas áreas que, posteriormente serão tomadas pela cana-de-açúcar. Conforme foi visto anteriormente, a pecuária se constituiu em atividade complementar necessária e, na zona litorânea, as terras menos propícias à cana são ocupadas pelo criatório. Todavia,

"A pecuária teve que ser transferida para áreas mais distantes, a fim de que o gado não destruísse os canaviais e de que dispusesse de uma melhor alimentação no inverno, quando, com os engenhos parados, não dispunham de alimentação suplementar fornecida pela palha da cana e pela calda dos assentamentos."³⁰

Além disso, há que se considerar o fato de que

"Não havendo ocupação adequada na região açucareira para todo o incremento de sua população livre, parte desta era atraída pela fronteira móvel do interior criatório. Dessa forma, quanto menos favoráveis fossem as condições da economia açucareira maior seria a tendência imigratória para o interior."³¹

A expansão vai se fazendo de forma lenta, por variados condutos, tendo como fulcro os interesses litorâneos, cuja dinamicidade repercute no sentido de acelerar/retardar a expansão. Por outro lado, ao se desenvolver, a atividade vai assumindo características próprias de reprodução.

Até a invasão holandesa, o criatório atingira na Paraíba os vales dos rios Mamanguape e Camaratuba e alcançara os contrafortes da Borborema. Conforme registra Elias Herckman, a ocupação, no sentido oeste, chegara ao engenho Tapuá (atual Município de São Miguel de Taipu) e daí, subindo na direção oeste/sudoeste pelo Rio Paraíba, até em torno de seis léguas, anota a

existência de alguns currais - "... daí para o sertão a terra é ainda desconhecida."³²

A luta contra os holandeses leva ao devassamento de vastas áreas interioranas e, expulso o invasor, a própria desorganização do sistema incita a procura de ocupações fora do domínio do engenho, então enfraquecido. Por outro lado, esse enfraquecimento significa também a busca de alternativas de sobrevivência para os senhores, o que é encontrado na expansão da pecuária e aquisição de novas terras, face ao fraco nível de capital inicial exigido pela atividade criatória.

As linhas de penetração do interior da Paraíba podem ser delineadas, a partir dos condutos principais, que interligam o espaço regional (vide mapa nº 02):

- de Olinda - acompanhando a costa, subindo pelos vales dos rios secos e pela vegetação de caatinga chega no vale dos Rios Piranhas, Açu, Apodi-Mossoró e Jaguaribe;

- de Salvador - ocupando a costa baiana e sergipana, chegando ao Rio São Francisco, atravessam-no e, subindo os vales da margem esquerda chegam aos Rios Piranhas, Açu, Apodi-Mossoró e Jaguaribe.

Manuel Correia de Andrade conclui a explanação das rotas, anteriormente expostas, afirmando: "Fechara-se o círculo em torno dos índios do Sertão, que se refugiariam no Planalto da Borborema, tentando organizar a resistência."³³

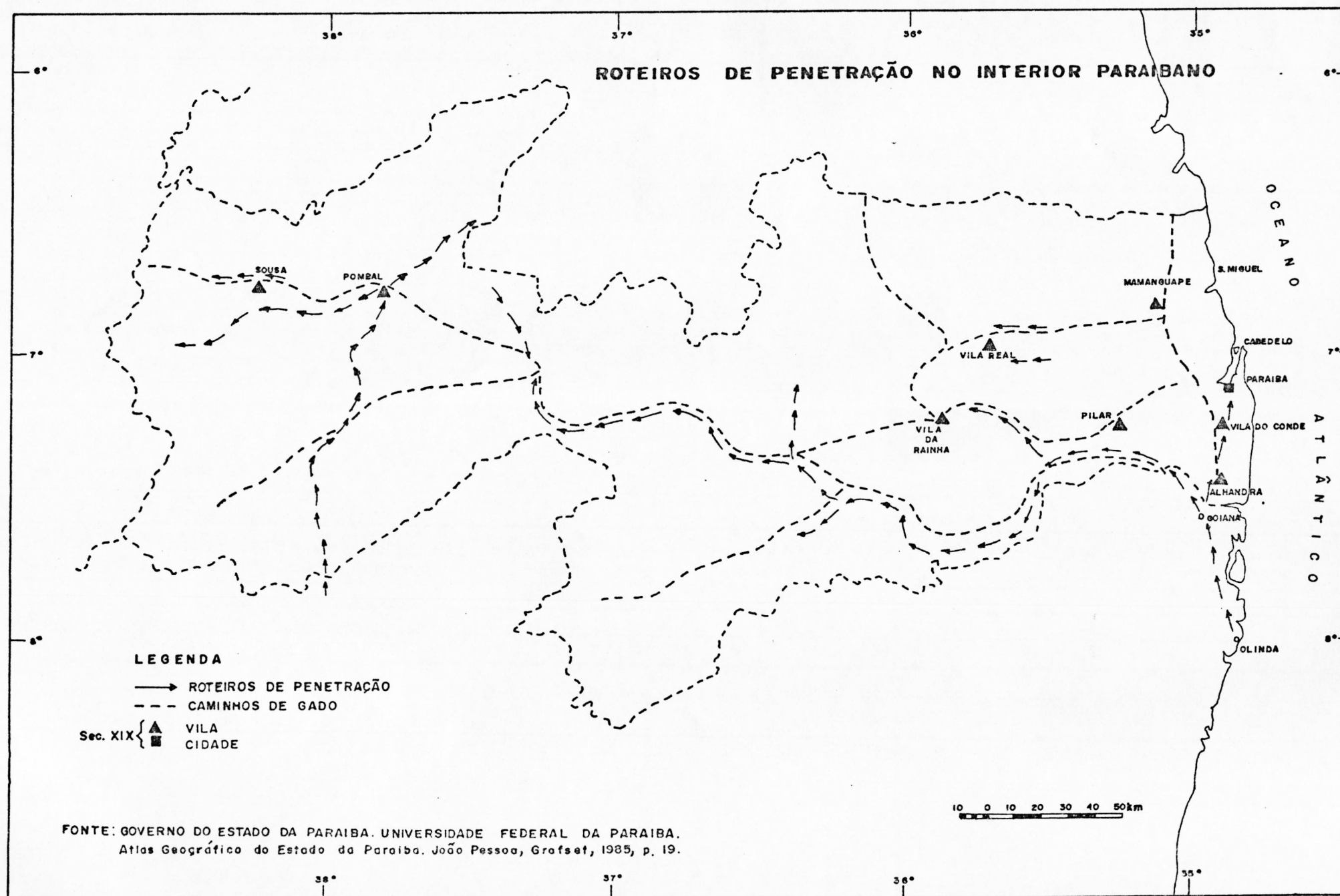
Essas linhas penetram a Paraíba pelas vias principais, expostas no mapa nº 03.

O anexo nº 3, demonstra a grande movimentação estimulada pela busca de terras e índios para escravizar/aldear.

A análise historiográfica deixa perceber que a ação do governo metropolitano e do seu aparelho colonial se junta a dos sertanistas que, até certo ponto, antecede a dos criadores. Sugere-se que estes elementos desobstruem a área para a sua organização para o capital. É bem verdade que muitos dos pioneiros marcam a história da ocupação do espaço sertanejo pela pecuária mas o processo de povoamento - ou seja, ocupação econômica - é bem mais lento que o do despovoamento do interior - destruição das aldeias indígenas. A historiografia tem se ocupado mais em reconstruir o que pode ser considerado como o primeiro momento, mesmo assim com distorções, acentuando o papel de homens-heróis, lugares e fatos memoráveis. Tanto é que o anexo nº 3, levantado a partir da produção historiográfica, apresenta, quase que totalmente, feitos dos conquistadores. Apesar da investigação no conjunto das obras acessíveis, não foi possível levantar dados que permitam expor a atuação específica



FONTE: ANDRADE, Manoel Correia de. O Processo de Ocupação do Espaço Regional Nordestino. Pernambuco, SUDENE, p. 23.



dos índios nos conflitos. As informações sobre as atrocidades cometidas e o papel desbravador dos brancos tomam conta das exposições. O caráter paternalista, quando muito, abomina a violência mas não busca recuperar - por considerar sem maior importância? - a história desses povos, cujo destino seria, por antecipação, a "integração" ao mundo "civilizado".

O apresamento de índios para escravizar e a apropriação de terras se constituem na base para a ação dos pioneiros da conquista do interior paraibano. A opção pela pecuária pode-se creditar, em parte, o desprezo pela vida do índio. Trata-se de atividade pouco exigente no que tange à mão-de-obra e, assim, na medida em que o espaço vai sendo esvaziado do seu habitante primitivo, tem-se condições de ocupá-lo segundo os ditames do capital. As dificuldades para o transporte do índio aprisionado para os distantes mercados litorâneos também atuam no sentido da limitação do seu número. Assim é que, dentre as instruções de governadores gerais, anota-se:

"Espero que não só terão todas as glórias de degolarem os bárbaros, mas a utilidade de os aprisionarem"³⁴

"Vossa Mercê dirija a entrada e a guerra que há de fazer aos bárbaros como possa ser mais ofensiva, degolando-os e seguindo-os até os extinguir, de maneira que fique o exemplo deste castigo a todas as mais nações que, confederadas como eles não temam as armas de sua Majestade!"³⁵

"E vá Vossa Mercê com a advertência de não consentir que nos conflitos se dê quartel a bárbaro algum grande, não ocasione a cobiça de serem os prisioneiros cativos, [...] deixá-los vivos e poder acontecer a desgraça de fugirem ou tornarem a tomar armas."³⁶

As agressões atingem proporções extremas no período de 1687-1713, com a Confederação dos Cariris³⁷, conflagrando os interiores de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, na área dos vales dos rios Jaguaribe, Açu, Piranhas e Piancó.

"Revoltados, os índios caíram sobre os colonos, matando, assolando os campos e carregando a ermos, que só eles conheciam, o gado que encontravam nas fazendas. Essa insurreição aconteceu quase de improviso e teve o efeito, como já disse um escritor, de um dique arrebetado, cujas

águas vão arrasando tudo por onde passam."³⁸

O "quase improvisado", referido pelo autor, não deve sugerir a ausência de precedentes para a revolta indígena, mas o inesperado da sua reação em conjunto e a expressividade da mesma. Para tanto, deve ter contribuído o "beco sem saída" provocado pela penetração por todos os lados e os ataques dos invasores aos diferentes grupos e aldeias.

A resposta da metrópole vem sob a forma do apoio oficial - às vezes apenas formal - associado aos interesses dos criadores de gado e preadores de índios. Ainda em 1687, o governador de Pernambuco, a quem está afeta a defesa das Capitânicas da Paraíba e Rio Grande do Norte, ordena a vinda de expedição comandada por Manuel Soares de Abreu, que se instala em Açú; do Cel. Antônio de Albuquerque Câmara, que se localiza no Forte Ceró (perto de Açú), de onde se transfere para a região de Piranhas; de Jorge Luis Soares, que antes passa pela Capital da Paraíba, para receber ajuda, indo depois para a região conflagrada. Também ao local da luta chega Domingos Jorge Velho, vindo da área do Rio São Francisco, onde organizava as tropas para combater o Quilombo dos Palmares. A região transforma-se em um verdadeiro acampamento militar, com núcleo de operações estabelecido no Arraial de Piranhas, onde se inicia a marcha de destruição que leva à Fortaleza do Ceará. A passagem dos brancos e seus exércitos correspondia ao aprisionamento e morte de grande número de índios e a destruição de aldeias inteiras. Infelizmente, não é possível, com os dados disponíveis, um tratamento razoável sobre as formas de ação dos índios confederados, como se estrutura a Confederação e a sua desagregação. Sabe-se, porém, que não se justifica a asserção encontrada na historiografia de que a ocupação sertaneja teria sido "mais pacífica" que a do litoral ou a de outras áreas interioranas.³⁹ O despojamento do índio - sua liberdade ou acesso à terra - é, em essência, conflituoso, conflito esse gerado "... entre concepções diferentes do mundo, entre diferentes formas de estruturar a vida."⁴⁰ E, nesta situação, não cabe meia medida, não há o mais, nem o menos, é a violência, sem adjetivação.

Dessa forma, a terra vai sendo liberada para a ocupação econômica que interessa ao conquistador e na forma por ele pretendida.

Nessa tarefa, as expedições militares puderam propiciar, além da liberação da terra, o reconhecimento de suas potencialidades. Aí cabe ressaltar o papel desempenhado pelos Oliveira Ledo e pela Casa da Torre, aos primeiros cabendo, com maior destaque, a dupla ação de conquista e ocupação.

Em relação à Casa da Torre, informa Wilson Seixas, que lhe cabe a abertura dos primeiros caminhos nos sertões paraibanos e o pioneirismo na ocupação das terras do Piancó, Piranhas e Rio do Peixe, a partir de 1664.⁴¹ Informa que isto se deve a Francisco d'Ávila que, subindo o Rio Pajeú, daí se desloca para a Bacia do Piranhas; expõe ainda, o referido autor, outra linha de penetração, tendo como eixo a rota de ligação da Bahia ao Piauí, a qual atravessa a Chapada do Araripe, desce o Rio Salgado até chegar a Icó, donde se comunica com o Rio do Peixe. Pela tarefa de desvendar o território, de abrir picadas, que logo depois se fecham, de dar combate aos índios ou fazê-los seus aliados, a Casa da Torre consegue formar um patrimônio de terras que, na acepção de Capistrano de Abreu, ultrapassa os esforços despendidos. É deste autor a assertiva de que a Casa da Torre "para adquirir estas propriedades imensas gastou apenas papel e tinta em requerimentos de sesmarias."⁴² Não é esse o entendimento que D. Rodrigo da Costa, Governador Geral, deixa entrever, quando declara que à referida Casa "... pertenciam os distritos do Piancó, Piranhas, Açu e seus sertões, varejados e descobertos, à custa da Casa da Torre."⁴³ É o reconhecimento formal, dando como atingidos os resultados pretendidos de ocupação, para o que, naturalmente, deve ter contribuído o prestígio que os d'Ávila usufruem junto ao governo colonial.

Os d'Ávila, realmente, dirigiram a empresa de conquista de amplas áreas sertanejas. Todavia, a própria amplitude dos seus domínios, que chegam, segundo Aécio Villar de Aquino, a 250 léguas quadradas, obrigam-nos a delegar a procuradores a fiscalização e a defesa desses domínios e a foreiros e arrendatários a tarefa da ocupação econômica.⁴⁴

No que se refere à família Oliveira Ledo, o anexo nº 03 expõe os diversos níveis de sua atuação na conquista e na ocupação dos sertões paraibanos. De modo especial, a historiografia tem exaltado a figura de Teodósio de Oliveira Ledo, cujos feitos trazem a marca comum aos desbravadores, a marca da agressividade, em suas variadas facetas.

Com tal requisito e seguindo os passos iniciados por Antônio, Custódio e Constantino de Oliveira Ledo, familiares que o precedem, Teodósio ultrapassa a fase da conquista para a da ocupação. Assim é que "em seu testamento - deixava para os seus familiares dois terços do Agreste e da parte ocidental do Cariri."⁴⁵ Além disso, registra-se a posse, por arrendamento à Casa da Torre, de 16 propriedades, em 1702, e mais 12, em 1706, conforme consta do Livro de Notas do Cartório de Pombal.⁴⁶ Mas a ação dos Oliveira Ledo deixa também pontos assinalados de po-

voamento, pois, sob o seu comando, são instalados os Arraiais de Boqueirão, Campina Grande, Piranhas e Piancó.

A ocupação dos sertões não se sustenta, porém, em ações expedicionárias sendo, quase impossível, o controle sobre tão vastos territórios. De qualquer modo, nos primeiros tempos, são os dirigentes de campanhas que se adiantam em solicitar a recompensa, em terras, pelos serviços prestados. Nesse momento, chega a parecer verdadeira a frase já referida de Capistrano de Abreu sobre a facilidade para a obtenção de datas de sesmarias. Ressalta-se, porém, que esta "facilidade" se dá para um certo segmento social - aquele que tem acesso aos canais do poder metropolitano/colonial. Todavia, a extensão territorial e a forma de reprodução do capital no criatório permite a inserção de elementos novos que irão se constituir na base da formação da sociedade sertaneja. Os grandes domínios assenhoreados no final do século XVII têm sua justificativa na necessidade de assegurar o apoio à empresa colonial e a garantir a posse da terra. Mas, entre esse momento e o da sua efetiva inserção no processo de acumulação mercantil, há que se pressupor a introdução de outros componentes, incluindo a ocupação real, ou seja, tornar a área economicamente produtiva, segundo os ditames do capital comercial.

O processo de reprodução do capital no espaço do criatório apresenta elementos que facilitam a expansão da atividade:

1 - o baixo nível do fundo inicial necessário à implantação e à reprodução do capital;

2 - as relações sociais de produção garantidoras da auto-reprodução da força-de-trabalho e apoiadas em formas de remuneração do trabalho capazes de propiciar ao trabalhador a formação de um fundo inicial produtivo.⁴⁷

A amostragem apresentada no quadro nº 6 fornece elementos importantes para o acompanhamento da evolução do espaço do criatório na Paraíba, através da análise das Cartas de doação de sesmarias.

Entre 10 de janeiro de 1586 e 21 de dezembro de 1824, João de Lyra Tavares registra 1138 (um mil cento e trinta e oito) cartas de sesmarias, havendo uma lacuna entre 1624 e 1688.⁴⁸ Diante da impossibilidade, pela carência de tempo, de uma análise mais circunstanciada do conjunto total das Cartas, optou-se por uma amostragem. Para evitar uma amostra aleatória, decidiu-se pela representação através de uma Carta escolhida a cada cinco anos. A escolha desta Carta foi feita não pela originalidade do seu conteúdo mas pela sua representatividade, de-

QUADRO Nº 06

LEVANTAMENTO DA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PARAIBANO, ATRAVÉS DAS CARTAS DE SESMARIAS
1699-1802

Nº	DATA	REQUERENTE	PROVENIÊNCIA DO REQUERENTE	OCUPAÇÃO	JUSTIFICATIVA	OBJETIVO	LOCALIZAÇÃO	SUPERFÍCIE	SITUAÇÃO DA TERRA	OBSERVAÇÃO
1699		Custódio A.Martins	Morador em Pe	Alferes	Posse c/despesa/ risco de vida	Gado	Cabeceiras do Rio Paraíba		Posse/3 anos	
1700		Gonçalo de Olivei- ra Ledo (+ 9)	Nada consta	Sargento-mor	Serviço do Rei/Ga- do s/terra	Gado	Ribeira do Pira- nhas		Devoluta	
1705		José de Amorim	Morador Sertão. 20 anos	Nada consta	Guerra aos índios/ Gado s/terra	Gado	Flecheiras		Posse/lano	
1710		Domingos de Siquei- ra da Silva	Morador Pb	Capitão	Serviço do Rei s/ recompensa/Morador arrendatário		Riacho Curimataú- Rio Paraíba		Devoluta	
1715		Domingos Pinto Ri- beiro (+ 4)	Morador Pb	Nada consta	Gado s/terra	Gado	Rio Paraíba-Riacho Caroatã		Devoluta	
1720		Manoel Marques de Souza	Sítio Trincheiras	Criador	Logradouro p/sítio vizinho	Gado	Ribeira do Pira- nhas		Devoluta	
1725		Mathias Soares Ta- veira	Morador Pb	Coronel	Descoberta e ocu- pação	Gado	Sertão do Bruxaxá- Araçagi e R. Maca- co		Posse	
1730		Anna Cavalcante de Albuquerque	Nada consta	Nada consta	Descoberta/herança em gado	Gado	Sertão do Curima- taú		Devoluta	
1735		José da Costa Lima	Morador Sertão das Piranhas	Nada consta	Descoberta c/des- pesa e risco de vida	Gado	Sertão das Pira- nhas-Cacimba dos Cavalos		Devoluta	
1740		Luiz da Costa Ca- baceiras	Morador Rio Paraí- ba	Criador/Capitão	Posse s/título	Gado	Rio Paraíba/Natu- ba/Riacho do Gua- paba		Posse s/título	
1745		Francisco Pereira de Oliveira	Nada consta	Criador	Descoberta c/despe- sa/Posse s/título	Gado	Serra da Borbore- ma/Piancó/Pajeú/ Cariri		Posse s/título	
1750		Antonio Saraiva da Silva	Morador Piranhas	Padre	Descoberta	Gado/lavoura	Rio Piranhas-Serra do Sertão		Devoluta	Anteriormente: si- tuação dos flamengos

Nº	DATA	REQUERENTE	PROVENIÊNCIA DO REQUERENTE	OCUPAÇÃO	JUSTIFICATIVA	OBJETIVO	LOCALIZAÇÃO	SUPERFÍCIE	SITUAÇÃO DA TERRA	OBSERVAÇÃO
1755		Luiz da Costa Cabaceiras	Morador Rio Paraíba	Criador/Capitão	Compra de 2 datas/ Uso de foreiros e lavradores/sobras	Gado/lavoura	Cariri-Riacho Natuba-Rio Paraíba		Sobras devolutas	
1760		Bartholomeo Pereira Dantas	Morador Ceará Grande	Alferes	Morador Rendeiro da Casa da Torre/ 1º cultor/expulsão	Gado	Rio do Peixe-Termo do Piancó		Posse contestada	
1765		João Dantas Rothea	Morador Distrito de Piancó	Capitão/criador	Posse de sítio (Compra à Casa da Torre)/Sobras	Gado	Ribeira do Rio do Peixe		Devoluta/uso para refrigério	
1770		Antônio Gomes de Sá	Morador Sertão do R. do Peixe	Nada consta	Descoberta/Necessp/lavoura e criação	Gado/lavoura	Sertão do Rio do Peixe		Devoluta	
1775		Francisco Nunes de Souza	Nada consta	Capitão	Posse de sítio/ sobras de terra	Gado/criar e refazer	Cariri de Fora		Sobras devolutas	Sítio comprado aos índios
1780		Manoel Soares	Morador Sertão do Piancó	Lavrador/criador	Lavrador (10 anos) Descoberta de terras para gado	Gado/lavoura	Sertão do Piancó-Riachão		Sobras devolutas	
1785		Francisco Gonçalves Lisboa	Nada consta	Nada consta	Descoberta	Gado/lavoura	Piancó-Pajeú-Riacho da Cachoeira		Devoluta	
1790		Antônio de Souza Rêgo	Morador Pombal	Lavrador/criador	Morador sertão/ compra da terra	Lavouras/engenhoca/gado	Pombal		Posse p/compra sem título	
1795		Manoel da Costa Palmeiras (+ 2)	Espinharas	Vigário de Patos	Descoberta e cultivo	Lavoura	Serra da Borborema (em cima)		Posse sem título	
1802		Estevão José da Cunha (+ 1)	Vila da Rainha	Nada consta	Compra de sesmaria devoluta/revalidação de título	Gado/lavoura	Vila da Rainha		Posse p/compra sem título	

FONTE: TAVARES, João de Lyra. Apontamentos para a história territorial da Parahyba. Edição fac-similar. Coleção Mossoroense, vol. CCXLV, 1982.

finida a partir da análise de 213 registros. Buscou-se averiguar qual a tendência dominante no conjunto, no que se refere ao uso do solo, à origem local do sesmeiro, à justificativa para a concessão e, a partir desse procedimento, selecionou-se uma Carta que representasse a tendência, chegando-se ao quadro nº 6, já referido.

No que tange à origem local do requerente registra-se uma grande maioria de moradores da própria Capitania da Paraíba, tanto do litoral, como dos sertões. A amostragem levantada não permite aquilatar o grau da presença de requerentes de outras capitanias, mas José Antônio Gonsalves de Mello revela que

"Não há menção a moradores da Bahia, mas frequentes referências a habitantes de Pernambuco e de Itamaracá. Às vezes não está mencionada a capitania de Pernambuco, mas os nomes dos requerentes são pernambucanos, pelo menos na sua origem: Cavalcantis, Albuquerque, Bandeira de Mello, Holandas, Góis e Vasconcelos, Velhos Barreto, etc."⁴⁹

As justificativas presentes nas Cartas de doação, as quais merecem leitura cuidadosa, permitem o conhecimento das motivações que apoiam as concessões relacionadas com a ocupação sertaneja.

A participação na luta contra os índios, apesar de estar presente como justificativa, não aparece com a mesma frequência da ocorrida na faixa litorânea. Entende-se que, para isso, concorre o tipo de exploração, pelas suas características, exigindo a posse de consideráveis recursos e a seletividade da concessão face às dimensões restritas do espaço disponível ao cultivo da cana-de-açúcar. O investimento em homens, armas e mantimentos seria, assim, um elemento para a seleção dos concessionários.

É muito frequente fundamentar a concessão de sesmarias no sertão na "descoberta da terra", com o dispêndio de recursos próprios, acrescida da fixação através de atividade econômica. É anotada a presença de índios, colonos e, em menor proporção, de escravos negros nessas expedições de "descoberta", a mando e financiadas pelos requerentes.

A propriedade é ainda concedida sob as seguintes alegações:

- a posse de terra, ocupada pelo gado, sob os sistemas de moradia, arrendamento e aforamento;
- a posse do gado, estando a serviço de fazendas

e sem terras próprias para situá-lo ou situado em terras alheias;

- a ocupação há muitos anos, sem qualquer título, seja de propriedade, seja de posse, alegando, por isso, preferência para a concessão;

- a posse por compra/por herança, sem o título de propriedade;

- a necessidade de confirmação de posse para efeito de titulação;

- a garantia de terras contínuas, para evitar contendias;

- a ocupação não efetivada pelo primeiro sesmeiro, estando as terras devolutas.

Não são comuns, mas também aparecem como justificativas, a recepção de notícia da existência de terras devolutas, a "simples" pretensão de receber sesmaria ou o interesse em formar patrimônio em terras.

Quanto ao uso do solo, anota-se uma evolução bastante clara. No período de 1696 a 1745, entre 55 sesmarias registradas, 48 destinam-se à criação de gado, 6, ao gado/lavoura, uma, à lavoura. Revela isto a grande prioridade da pecuária, podendo-se, inclusive, exemplificar com o ano de 1745, quando as onze sesmarias doadas se destinam a esta atividade.

Realmente, a agricultura se constitui em atividade de subsistência que se faz necessária, face à distância da zona litorânea, que deveria se constituir em centro de abastecimento. Ressalta-se, porém, que na própria zona da Mata ocorrem frequentes crises de abastecimento, face ao caráter monocultor assumido pela cana-de-açúcar. Além disso, as dificuldades de transporte e comunicação tornariam os preços dos gêneros alimentícios bastante elevados. Como forma de reduzir o custo de reprodução da força-de-trabalho e complementar a alimentação do gado criam-se, em pequenas áreas próprias ao cultivo, à sombra dos currais, zonas de produção agrícola.

"Dentro do travessão a agricultura era feita livremente e o gado só poderia aí permanecer, se cercado ou preso; fora do travessão a lavoura é que era cercada e o gado podia ficar solto, em campo aberto, desde que a área era reservada à pecuária."⁵⁰

A partir de 1750, porém, algumas mudanças começam a marcar a paisagem do interior paraibano, como consequência da introdução de novas formas de uso do solo. Entre 1750 e 1810, das 95 sesmarias concedidas - obedecidos os critérios da amos-

tragem - 50, dão como destinação a criação de gado, 41, o gado/lavoura e, 4, a lavoura.

Os registros não esclarecem o tipo de lavoura cultivada, entretanto, há dados complementares que indicam tratar-se do avanço da cultura algodoeira.

Ora, o espaço do criatório organizara-se em função dos interesses dos grandes proprietários, em boa parte absenteeístas, sendo "... gado criado solto, pastando em comum com o de outras fazendas" e exigindo uma mão-de-obra em pequena escala, que garantia sua subsistência e desenvolvia uma economia amonetária. A introdução da cultura algodoeira, como produção de mercado, significa uma nova alternativa de lucro para os proprietários, trazendo, porém, no seu bojo, a penetração de elementos diferenciadores na economia interiorana. A implantação de uma agricultura comercial, se bem que incipiente, faz atentar para uma nova organização do espaço agrário. Através das Cartas de doação de sesmarias percebe-se uma preocupação crescente em garantir a propriedade efetiva da terra, através dos pedidos de ratificação de posse. Inclusive, são frequentes as solicitações de sobras de terras, garantidoras não só da posse de áreas contínuas mas da exclusão de posseiros, que venham a contestar a posse do sesmeiro e, sobretudo, do acesso às fontes de água. A isto também se liga a presença de um contingente populacional que chega à área premido pela retração da economia açucareira e estimulado pela alternativa apresentada pelo novo produto.

III - NO REINO DO GADO, DESPONTA A COROA DO ALGODÃO

Com o plantio do algodão está sendo construído o último pilar de sustentação da economia paraibana, até os anos de 1930.

O algodão tem a sua presença assinalada entre os indígenas, sendo planta nativa do Brasil. Pero de Magalhães Gandavo informa, ao tratar da condição e costumes dos índios, por volta de 1573:

"As camas em que dormem são umas redes de fio de algodão que as índias tecem num tear feito a sua arte, os quais tem nove, dez palmos de comprimento, e apanham-nas com uns cordéis que lhe rematam nos cabos, em que lhes fazem umas azelhas de cada banda por onde as penduram de uma parte e doutra..."⁵¹

Até meados do século XVIII o algodão tem o seu desenvolvimento ligado ao auto-consumo, sendo utilizado, prioritariamente, para a confecção de tecidos grossos e outros pequenos utensílios domésticos. Na segunda metade do referido século, porém, à medida em que avança o capitalismo, sobretudo com a expansão industrial inglesa, marcadamente o seu setor têxtil, o algodão passa a sofrer uma maior demanda no mercado internacional. Essa demanda é inicialmente atendida pelas colônias inglesas, na América do Norte, mas com a sua independência, em 1776, ocorre uma desorganização no mercado, abrindo espaço para uma maior presença do algodão brasileiro.

Rui Albuquerque, citando Eric Hobsbawn, afirma:

"A árvore da expansão capitalista moderna cresceu em uma determinada região da Europa, mas suas raízes extraíram o alimento de uma área de trocas e de acumulação primitiva muito mais ampla, que incluía tanto as colônias de ultramar ligadas por vínculos formais como as "economias dependentes" da Europa Oriental, formalmente autônomas."⁵²

O algodão brasileiro ocupa, assim, as brechas abertas por uma conjuntura internacional favorável, sem conseguir assumir o controle do mercado.

Conforme já foi referido, a demanda internacional do algodão conduz a modificações no espaço agrário paraibano. Nos fins do século XVIII, o Governador Delgado de Castilho,

preocupado com o papel que o algodão começa a desempenhar, como atividade alternativa para lavradores dedicados à cana-de-açúcar e, visando proteger a cultura, sugere que o cultivo do algodão seja realizado nos

"sertões mais afastados e em distancia proporcional e conveniente, por serem ainda virgens e porque enfim, as madeiras que houverem de derrubar, não podem jamais faltar nos engenhos nem prejudicar em tempo algum a Marinha Real."⁵³

Apesar de marcar a sua presença nas diversas zonas da Paraíba, é nas do agreste e sertão, áreas de clima sub-úmido e semi-árido, que o algodão encontra condições mais favoráveis de expansão, dentre os quais se pode ressaltar:

- a viabilidade do cultivo por pequenos proprietários e produtores, uma vez que não demanda capitais avultados para a sua instalação e permite o trabalho familiar;

- a prática do cultivo consorciado, garantindo, através do plantio de lavouras de subsistência, a base para a reprodução da força-de-trabalho;

- a possibilidade de nova fonte de renda para os grandes proprietários, que "cedem" as terras a parceiros e fofeiros, pela "palha" - restos da produção, anualmente renovada, que serve de ração ao gado - além de aplicar outras formas de exploração do trabalho.

Além disso, o algodão se apresenta como uma possibilidade de rendimento adicional ou garantia de suplementação dos ganhos para os grandes proprietários de engenho, sobretudo nos momentos de queda nos preços do açúcar.

A atividade tem, pois, a sua continuidade apoiada nas condições internas favoráveis e na crescente expansão da indústria têxtil. O quadro nº 7, além de demonstrar uma relativa estabilidade da produção, revela ser, a mesma, basicamente dirigida para a exportação.

QUADRO Nº 7
PRODUÇÃO ALGODOEIRA (EM QUINTAL) - 1798/1805

ANOS	1798	1799	1800	1801	1802	1804	1805
PRODUÇÃO	13.633	11.666	6.845	13.071	5.764	6.669	17.092
CONSUMO	781	1.229	145	461	680	227	2.294
EXPORTAÇÃO	12.852	10.437	5.700	12.610	5.084	6.442	14.798

FONTE: OLIVEIRA, Elza Régis de. A Paraíba na crise do século XVIII: subordinação e autonomia (1775-1799). Fortaleza, BNB/ETENE, 1985, p. 147.

Situação diversa da vivenciada pela produção canavieira, em inconteste queda de produção, conforme se verifica no quadro nº 8.

QUADRO Nº 8
PRODUÇÃO AÇUCAREIRA - 1798-1805

ANOS	1798	1799	1800	1801	1802	1804	1805
PRODUÇÃO	9.344	6.894	7.707	3.677	2.380	2.313	3.641
CONSUMO	788	1.177	919	202	930	826	841
EXPORTAÇÃO	8.556	5.711	6.788	3.417	1.450	1.487	2.840

FONTE: OLIVEIRA, Elza Régis de. op. cit., p. 147.

No final do século XVIII, estão, pois, instaladas as bases produtivas demarcadoras das regiões que perpassam o espaço paraibano: a açucareira e a algodoeiro-pecuária. Enquanto o primeiro produto, já estabelecido, vem sofrendo um processo de crise de mercados e preços, o segundo, no nascedouro, apresenta grande vitalidade, mas esta se situa, também, em estreita dependência da demanda externa.

O século XVIII aparece na historiografia paraibana como um período de crise. Trata-se de uma fase em que o setor açucareiro vê diminuir, de forma sensível, a sua capacidade de reprodução. Tal é a importância assumida pelo açúcar como base econômica, conformadora de uma estrutura social marcada pelo predomínio dos grandes proprietários, que se constituem na elite dominante colonial; tal é o peso de suas reivindicações e o volume de suas reclamações diante das dificuldades que estas aparecem como se constituindo a globalidade do processo. Não é possível desconsiderar as crises continuamente sofridas, inclusive pelas suas repercussões mais amplas sobre o conjunto do es-

paço colonial, devendo-se, porém, dar-lhe a real dimensão assumida no decorrer do longo período.

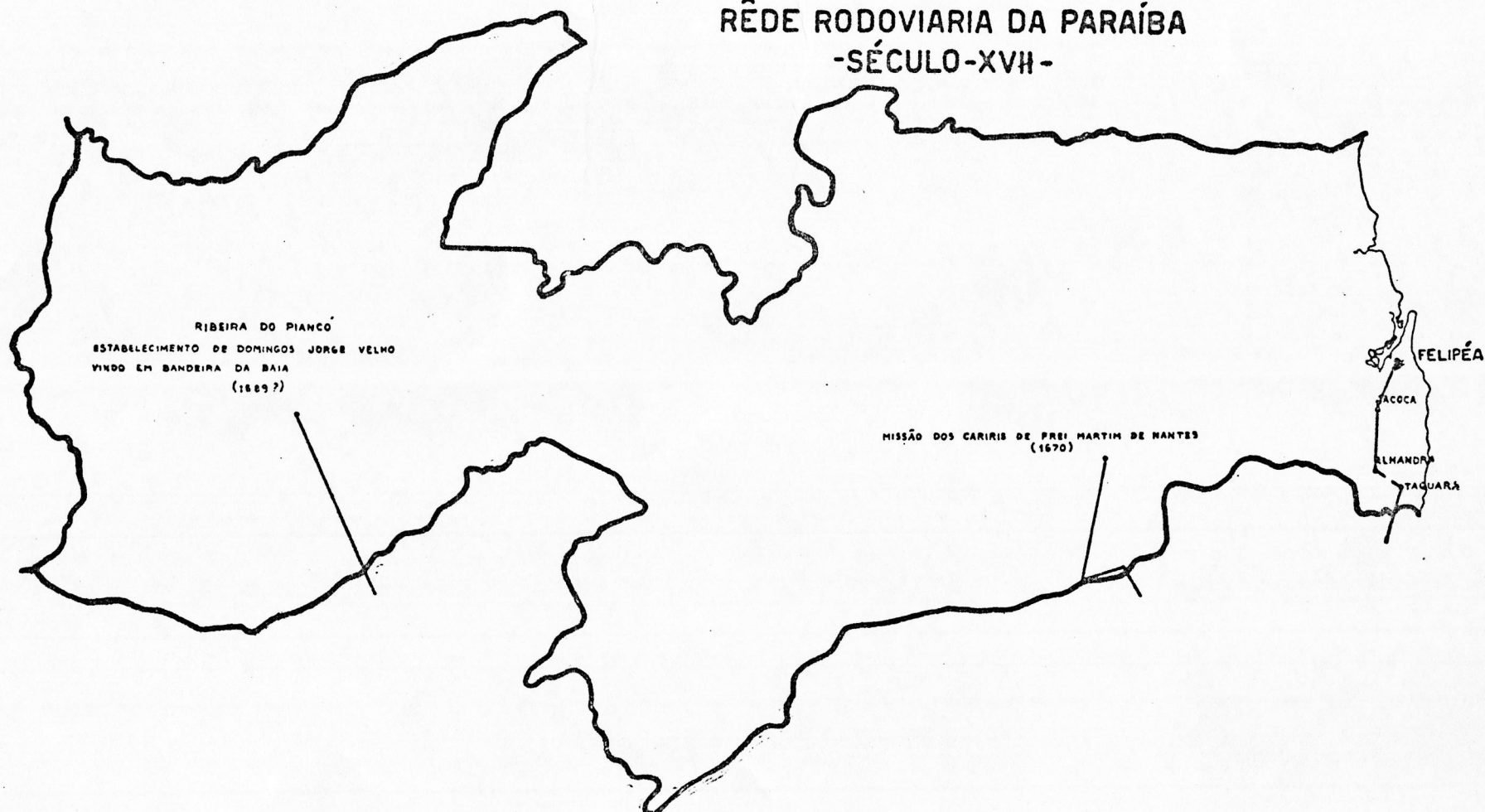
O século XVIII tem uma grande significação no sentido da conformação do espaço paraibano, para o que interfere:

- do ponto de vista da metrópole portuguesa: as providências administrativas e econômicas tomadas, como tentativa de reação diante das forças capitalistas emergentes na Europa repercutem de forma desastrosa, fazendo recair um maior ônus sobre a Capitania, pela sua forma de inserção no sistema colonial. Ressalta-se a perda da autonomia política e os prejuízos em termos da repartição do excedente em favor dos interesses metropolitanos e da fração de classe dominante em Pernambuco;⁵⁴

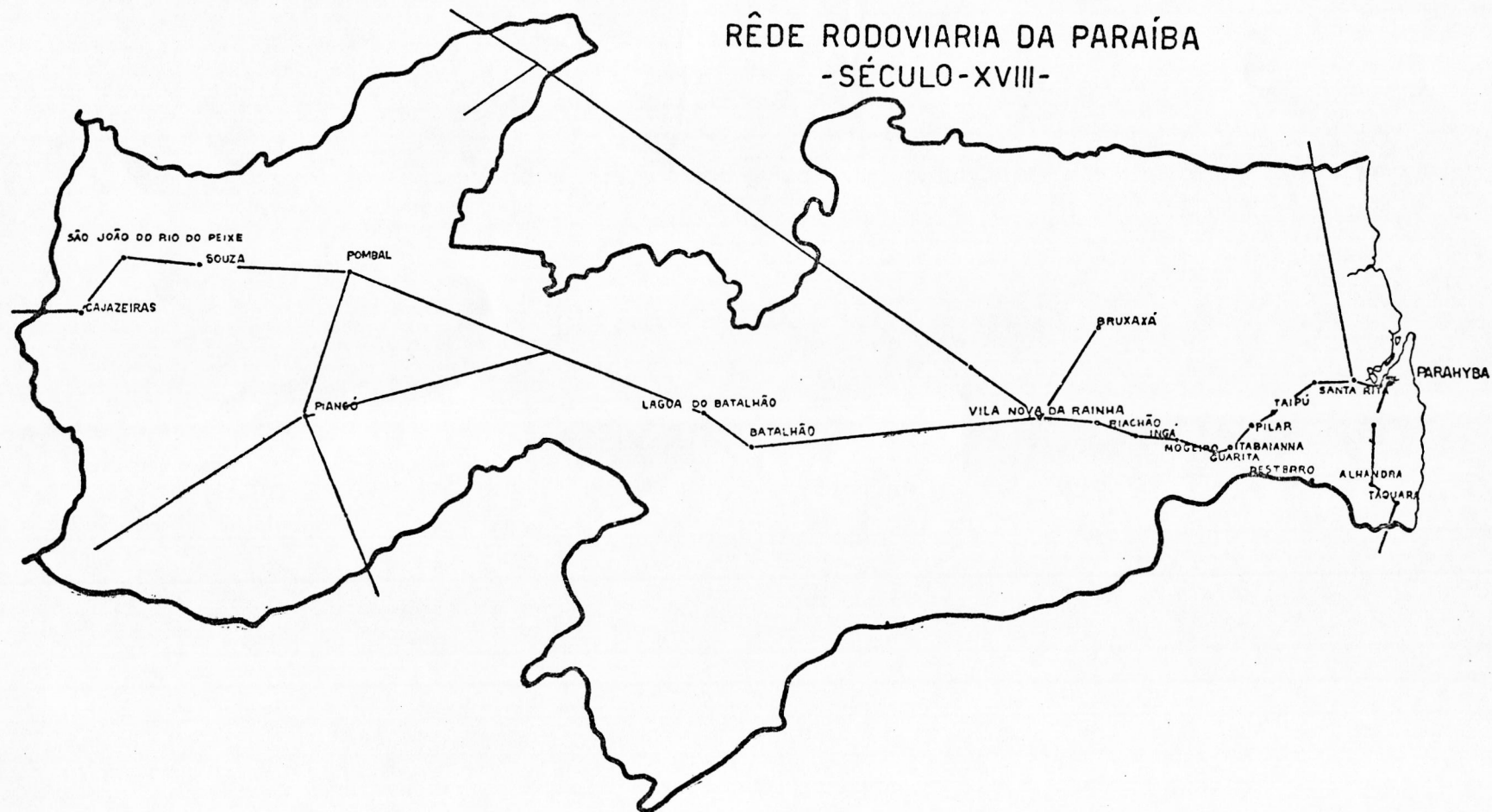
- do ponto de vista interno: a expansão do espaço econômico, através da ocupação da área interiorana e o desenvolvimento de atividades até então complementares - a pecuária e o algodão. (vide mapas nºs 04 e 05).

Mais que um século de crises internas, no sentido de dificuldades e problemas setoriais sofridos, o XVIII é um período em que se estabelecem as bases para aprofundamento da inserção da economia paraibana nos pressupostos da reprodução capitalista.

RÊDE RODOVIARIA DA PARAÍBA
-SÉCULO-XVII-



RÊDE RODOVIÁRIA DA PARAÍBA
-SÉCULO-XVIII-



CONCLUSÃO

José Américo de Almeida em busca de realizar uma síntese sobre o significado do sistema colonial para a Paraíba, diz:

"E a Paraíba, ao termo de 215 anos de colonização, tinha, apenas, a história de um progresso tantas vezes construído, quantas vezes desfeito."

"A Paraíba ia entrar o grande século numa situação que, por assim dizer, só diferia do estado da natureza porque se achava semi-morta a raça dos aborígenes e as matas virgens tinham sido destruídas pelas queimadas.

Que poderia resistir a esse sistema de hostilidades e espoliações?"⁵⁵

As afirmações de José Américo, se bem que compondo uma obra inteiriça, com extrema coerência interna, dela retirada, apresentam um questionamento que oferece uma grande potencialidade para reflexão e discussão. Apresentá-la como conclusão deste estudo significa não colocar-lhe um ponto final mas uma interrogação que gere novas reflexões capazes de aprofundar o conhecimento sobre a formação histórica da Paraíba.

NOTAS

- 1 - Cf. GUIMARÃES NETO, Leonardo. Introdução à formação econômica do Nordeste. Recife, Massangana/Fundação Joaquim Nabuco, 1989, p. 17.
- 2 - Idem, p. 14/15.
- 3 - Idem, p. 14. Sobre o conceito de região, ver: OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste - Planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. O Regionalismo Nordestino: Existência e consciência da desigualdade regional. São Paulo, Ed. Moderna, 1984; CORRÊA, Roberto Lobato. Região e Organização Espacial. São Paulo, Ática, 1986.
- 4 - Sobre o conceito de espaço, ver: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. op. cit.; SANTOS, Milton. Espaço e Sociedade. Petrópolis, Vozes, 1979. RODRIGUEZ, Janete Lins. Acumulação de capital e produção do espaço: o caso da grande João Pessoa.
- 5 - GUIMARÃES NETO, Leonardo. op. cit., p. 25.
- 6 - FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva. Comércio e Subordinação: A Associação Comercial da Paraíba no processo histórico regional - 1889/1930. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História da UFPe, mimeo, 1985, p.7.
- 7 - SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. op. cit., p. 63.
- 8 - As terras da Capitania de Itamaracá, segundo a Carta de doação a Pero Lopes de Sousa, tem o marco inicial "... no Rio que cerca em redondo a ilha de Tamaracá ... e acaba-rão na Bahia da Traição." Com o desmembramento de Itamaracá, cria-se a Capitania Real da Paraíba, cujas terras vão do Rio Goiana à Baía da Traição.
- 9 - A propriedade e a exploração do pau-brasil eram privilégios da coroa portuguesa. O Rei, porém, concedia a particulares, mediante retribuição em obrigação e taxas, a licença para explorar a referida madeira.
- 10 - AQUINO, Aécio Vilar de. Filipéia, Frederica, Paraíba: Os cem primeiros anos da vida social de uma cidade. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPb, 1988, p. 39/40.
- 11 - MELLO, José Antonio Gonsalves de. ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier. Cartas de Duarte Coelho a El-Rei. Reprodução fac-similar, leitura paleográfica e versão moderna anotada.

Recife, Imp. Universitária, 1967, p. 88.

- 11 - Idem, p. 13.
- 12 - O Engenho Tracunhaem, de Diogo Dias era o mais avançado no sentido da ocupação agrícola para o Norte, situado já nas fronteiras de Itamaracá.
- 13 - MUNIZ, Durval. "A fome tira o juízo - Seca e Conflitos Sociais". GRÃO Publicação do Curso de Ciências Sociais do Centro de Humanidades da UFPb. Ano I, nº 4, set/out de 1985, João Pessoa, p. 67.
- 14 - "Não há guerra, na Capitania de El-Rei, contra invasores ou tribos hostis, em que não entre um contingente de índios numericamente superior ao de brancos e negros. Por exemplo, à época de Martim Leitão, na guerra da conquista da Paraíba, em duas situações diferentes: 85 eram brancos; 180, índios. 140 eram brancos; 500, índios. Havia vantagens ligadas às táticas de guerra do índio; era bom em emboscada e sua capacidade física de fazer longas caminhadas causou admiração a Alexandre Humboldt que o comparou "a um veado macho e, empolgado com a sua capacidade de marchar de quinze a vinte horas por dia através da mais densa floresta, declarou que não se poderiam imaginar melhores soldados." Cf. MEDEIROS, M^a do Céu. Relação de trabalho: A mão-de-obra indígena (Período Colonial). Ciência Histórica, João Pessoa, Dept^o de História, CCHLA, Ano III, nº 3, out. 1990, p. 6/7.
- 15 - ANDRADE, Manuel Correia de. O processo de ocupação do espaço geográfico paraibano. In Poder Político e produção do espaço. Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1984, p. 112.
- 16 - TAVARES, João de Lyra. Apontamentos para a história territorial da Parahyba. Edição Fac-similar, Coleção Mossoroense, vol. CCXLV, Mossoró, 1982, p. 38.
- 17 - Idem, p. 36.
- 18 - Idem, p. 29.
- 19 - MARIZ, Celso. Evolução Econômica da Paraíba. 2ª ed. João Pessoa, A UNIÃO Editora, s/d, p. 314. PINTO, Irineu Ferreira. Datas e notas para a história da Paraíba. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPb, 1977, Vol. I, p. 33/36.
- 20 - AQUINO, Aécio Villar de. Op. cit. p. 28.
- 21 - PINTO, Irineu Ferreira. Op. cit. p. 52. Alcabala - antigo imposto sobre as vendas públicas e trocas, o qual era pago à fazenda real pelo vendedor e consistia em uns tantos por cento sobre o preço das mercadorias.

- 22 - ANDRADE, Manuel Correia de. O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste. 2ª ed., Recife, SUDENE, 1979, p.41.
- 23 - MONTEIRO, Vilma dos Santos Cardoso. Pequena História da Paraíba. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPb, 1975, p.120.
- 24 - Idem, p. 123. Embelecocos - enganos, embustes.
- 25 - HERCKMAN, Elias. Descrição Geral da Capitania da Parahyba. Revista da Faculdade de Filosofia da Paraíba. João Pessoa, 1959-1964, vol. 2, p. 195/242.
- 26 - Conforme informa Elza Régis de Oliveira, baseada em documentação da época: "Ao voltarem os moradores para sua Capitania, duvidaram ser aquele lugar onde haviam vivido, pois nem ruínas existiam do passado." OLIVEIRA, Elza Régis de. A Paraíba na crise do séc. XVIII: Subordinação e Autonomia (1755-1799). Fortaleza, BNB/ETENE, 1985, p.68.
- 27 - Idem, p. 68.
- 28 - Após a luta na expulsão dos holandeses, João Fernandes Vieira foi designado como Capitão-Mor da Paraíba, cargo que exerceu entre 1655-1657. Dentre as medidas tomadas em seu governo, destacam-se: a reorganização da milícia e providências de armamento; provimento dos cargos públicos; reerguimento da economia; reabsorção dos potiguara; atração a moradores e religiosos. Cf. MONTEIRO, Vilma dos Santos Cardoso. Op. cit., p. 159/161.
- 29 - OLIVEIRA, Elza Régis de. Op. cit. p. 68/75/77.
- 30 - ANDRADE, Manuel Correia de. Modo de produção e processo de regionalização: o caso de Pernambuco. In Poder Político e produção do espaço. Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1984, p. 91.
- 31 - FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 16 ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1979, p. 63.
- 32 - HERCKMAN, Elias. Op. cit., p. 211.
- 33 - ANDRADE, Manuel Correia de. O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste. Op. cit., 37/41.
- 34 - ALMEIDA, Horácio de. História da Paraíba. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPb, 1978, Vol. II, p. 41.
- 35 - Idem, ibidem.
- 36 - Idem, ibidem.
- 37 - "Nas últimas décadas dos anos mil e seiscentos tem início e se prolonga pela centúria seguinte a conhecida "guerra dos índios", "guerra dos bárbaros" ou "guerra dos tapuias", às vezes também chamada impropriamente de "Confederação dos Cariris", pois a grande maioria dos confederados eram nativos pertencentes ao tronco tarairiú. Esta guerra interiorana abrangeu, principalmente, os extremos

do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba - os vales dos rios Jaguaribe, Açu, Piranhas e Piancó." Cf. AQUINO, Aécio Villar de. A ocupação do interior da Paraíba. Cadernos Paraibanos de Antropologia, nº 1, João Pessoa, DCS/UFPb, p. 8.

- 38 - ALMEIDA, Horácio de. Op. cit., p. 37.
- 39 - Discorda-se assim da assertiva exposta por Teresa Schorer Petrone, no texto "As áreas de criação de gado", presente na História Geral da Civilização Brasileira, sob a direção de Sérgio Buarque de Holanda, São Paulo, DIFEL, 1973, p. 220: "a criação (no sertão do Nordeste) pôde desenvolver-se tranquilamente, e nem mesmo os ataques e roubos praticados por indígenas conseguiram sustar ou prejudicar o seu progresso."
- 40 - MUNIZ, Durval. Op. cit., p. 68.
- 41 - SEIXAS, Wilson. Pesquisas para a história do sertão da Paraíba. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. João Pessoa, Imp. Universitária/UFPb, 1975, nº 21, p. 65.
- 42 - ABREU, J. Capistrano de. Capítulos de História Colonial (1500-1800). 4 ed., Rio de Janeiro, Livraria Briguiet, 1954, p. 215.
- 43 - SEIXAS, Wilson. Op. cit., p. 66.
- 44 - AQUINO, Aécio Villar de. A ocupação do interior da Paraíba. Op. cit., p. 14.
- 45 - SEIXAS, Wilson. Op. cit., p. 69.
- 46 - Idem, p. 66.
- 47 - "Como não havia, praticamente, circulação de dinheiro, o pagamento ao vaqueiro era feito em espécie, recebendo ele um bezerro em cada quatro que nasciam, podendo utilizar o leite das vacas para a fabricação de queijo e manteiga e ainda fazer roçados." - ANDRADE, Manoel Correia de. O processo de ocupação do espaço geográfico paraibano. Op. cit., p. 116.
- 48 - TAVARES, João de Lyra. Op. cit. O autor não explica os motivos da inexistência de registro entre 1624 e 1688. Pode-se aventar a sua relação com a dominação holandesa e a fase de desorganização administrativa que lhe sucedeu. Inclusive, há referências nas cartas de doação ao desaparecimento de registro, justificando um novo requerimento.
- 49 - SILVA, Geny da Costa e. Sesmeiros da Paraíba. Introdução de José Antonio Gonsalves de Mello. João Pessoa, Imp. Universitária/UFPb, 1965, p. 5.

- 50 - ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o homem no Nordeste. 3 ed., São Paulo, Brasiliense, 1973, p. 190.
- 51 - GANDAVO, Pero de Magalhães. História da Província de Santa Cruz. São Paulo, Obelisco, 1964, p. 57.
- 52 - ALBUQUERQUE, Rui H.P.L. Capital Comercial, Indústria Têxtil e Produção Agrícola. As relações de produção na cotonicultura paulista. 1920-1950. São Paulo: HUCITEC. Brasília: CNPq, 1983, p. 32.
- 53 - PINTO, Irineu Ferreira. Op. cit., p. 198.
- 54 - Sobre a perda da autonomia política da Capitania da Paraíba e a atuação da Companhia de Comércio Pernambuco e Paraíba, consultar: OLIVEIRA, Elza Régis de. Op. cit.,; OLIVEIRA, Elza Régis de. A política pombalina como tentativa de reforço da dominação colonial. A Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba. Ciência Histórica. João Pessoa, Departamento de História, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Ano III, nº 3, out. 1990, p. 17/30.
- 55 - ALMEIDA, José Américo de. A Paraíba e seus problemas. 3 ed. João Pessoa, A UNIÃO Editora, 1980, p. 251.

ANEXO Nº 1

CARTAS DE SESMARIAS

Sesmaria doada em 27 de novembro de 1613

Ambrosio Fernandes Brandão, capitão de infantaria, morador nesta capitania e dos primeiros conquistadores, diz que indo muitas vezes por capitão de infantaria nas guerras aos gentios "Petigoar" e "Francezes", e que sendo possuidor de dois engenhos de fazer assucar moentes e correntes, queria fazer outro novo engenho na ribeira de Gargaú, e porque lhe era necessário mais terras do que as que tinha, assim para lenhas como para logradouro dos ditos engenhos, requeria a concessão de duas ilhotas, que estão entre o rio que chamam do "Francez" e o rio "Gargaú" que são as primeiras que vão para o rio da Paraíba, depois da ponta da terra firme, que está entre os ditos rios, onde era costume estar uma rede de pescar. Foi feita a concessão pelo capitão-mor João Rabello de Lima (p.35).

Sesmaria doada em 19 de dezembro de 1614

Os índios da Aldeia da Jacoca situada nesta capitania em virtude de um despacho do governador passado a instância deles suplicantes lhes foi limitado pelos oficiais da Câmara desta cidade para suas lavouras toda a terra que se continha da barra do Gramame da banda do sul correndo para cima do rio Jacoca até dar no caminho que ia da dita Aldeia para Tibiri e daí correndo rumo direito ao rio Sabauna e daí a barra do rio Abiaí, ficando-lhe toda a dita terra por costa e sertão da barra e porque a queriam ter por carta, para com isso não terem mais diferença com os brancos e conservarem sua Aldeia pediam que visto o despacho do Sr. Governador e deligência que de sua parte se fizera pelos ditos oficiais da Câmara desta cidade, lhes desse sua posse por devolutas e desaproveitadas atento que foram os conquistadores dela nos tempos de guerras com os "petiguaras", ajudando sempre os brancos a conquista e povoação desta capitania e havendo alguns brancos que nelas de pouco tempo a esta parte estivessem com pretensão de posse e adquirido direito despejassem visto o muito e serviço que era de S.M. e bem desta capitania, visto, outro sim, não serem terras capazes de engenho e só servirem para mantimento

e conservação da dita Aldeia. Foi feita a concessão no governo de João Rabello de Lima (p.36).

Sesmaria doada em 3 de janeiro de 1615

Francisco Gomes de Oliveira, morador nesta capitania, diz que havia muitos anos que era nela morador e em todo tempo se oferecia e prestava serviços a S.M. e até hoje não tinha terra alguma em que pudesse fazer suas roças e trazer seus gados, e vindo a sua notícia haver terras devolutas na ribeira de Camaratuba, pedia uma légua de terra em quadro em qualquer das testadas das filhas de Affonso Matto, a qual poderia tomar da comprimento na largura e da largura no comprimento, podendo tomar dita légua de terra pela ribeira acima, aonde estivesse por dar. Foi feita a concessão pelo Capitão-mor João Rabello de Lima (p. 36).

Sesmaria doada em 1 de novembro de 1701

Capitão-mor Theodosio de Oliveira Lêdo, Alferes Diogo Pereira de Mendonça, João Baptista de Freitas, Alferes Antonio Baptista de Freitas e Antonio Fernandes de Sousa, dizem que tendo servido a S.M. em muitas ocasiões que se ofereceram nesta capitania contra o inimigo "Tapuio"; e tendo descoberto algumas terras em o sertão, em parte remota, que nunca foram povoadas, em o rio chamado pelo gentio "Quinturá", que corre de sul para norte e vai fazer barra nas Piranhas, nas quais terras querem acomodar seus gados, começando a povoá-las do primeiro poço das nascentes do dito rio para baixo, até se inteirarem por uma e outra parte e dele, visto nunca haverem sido descobertas. Por despacho do provedor declaram mais os suplicantes, que as terras que pediam eram no sertão das "Piranhas", e nunca foram povoadas, e confrontam com o "Seridó" e com as datas dos Oliveiras ao largo porque o rio "Quinturá", em que pediam a data, era sertão oculto até o presente. Foi feita a concessão de 2 léguas de comprimento e 1 de largura a cada um, pelo capitão-mor Francisco de Abreu Pereira (p. 46).

Sesmaria doada em 26 de junho de 1710

Sargento-mor Manoel Marques de Souza, Seraphim de Souza Marques, João Marques de Sousa, Antônio de Sousa, Maria de Figueiredo e D. Izabel da Câmara, moradores nesta Capitania, dizem que pelos serviços por si e seus antepassados não tinham recebido terras para criar seus gados, e como de presente a sua notícia era que no sítio da Boa Vista, pelo rio das "Piranhas" acima entrando pelo riacho do "Peixe" até entestar com terras do sargen-

to-mor Antônio José da Cunha de suas cabeceiras haviam terras devolutas, as pediam de sesmaria para as cultivarem, buscando para si poderem encher os "Icós" e não havendo comprimento para todos, que se possa fazer comprimento nas ilhargas do dito rio do Peixe, ou onde mais comodamente se poderem inteirar. Foi feita a concessão no governo de João da Maia da Gama. (p.74).

Sesmaria doada em 10 de maio de 1771

José de Viveiros da Silva, morador no Algodão, ribeira do sertão do Cariri de Fora, diz que por entre as terras que foram de Antônio Correia, que contestam pelo norte com o sítio das Pombas, que foi do Capitão Manoel de Lyra e do nascente com as terras chamadas Siraimé e do poente com as terras chamadas S. José, que há umas sobras de terras chamadas - Algodão - de que está de posse por si e seus antepassados, e que estas ditas terras as quer pedir por data por estarem devolutas e desaproveitadas. Foi feita a concessão, no governo de Jeronymo José de Mello Castro. (p. 350).

Sesmaria doada em 24 de maio de 1776

Coronel José Gomes de Sá, herdeiro e testamenteiro de seu defunto pai capitão-mor José Gomes de Sá, diz que a este fora passado o arrendamento junto pelo provedor da fazenda da Casa da Torre da Bahia das sobras da légua de terras que ocuparam os índios Curemas no sítio Boqueirão dada pela dita casa na forma das ordens de S.M. e porque a esta lhe foi derogada a posse e título pelo Decreto passado no ano de 1753, dando por este preferencia aos rendeiros pediam por sesmaria as terras que lhe foram arrendadas compete ao suplicante requerem como o faz, sesmaria das referidas sobras, pegando do riacho do Aguiar da parte do nascente a terra dos índios, com uma légua pelo riacho seco acima, a partir com o sítio do riacho do suplicante para a parte do poente, e três léguas de comprido, pegando do pé da serra que divide o sítio do Aguiar para a parte do sul, buscando a serra do Poço dos Cavalos, ficando nesta compreensão as sobras do referido sítio e riacho, ambos do mesmo suplicante partindo também com o Sítio das Alagoas e Paó Ferrado. Foi feita a concessão no governo de Jeronymo José de Mello Castro (p. 363).

ANEXO Nº 2

QUADRO Nº 1

CRONOLOGIA DA CONQUISTA DA PARAÍBA

DATA	FATOS	PERSONAGENS
1574	Ataque ao Engenho Tracunhaem, de Diogo Dias Expedição chega à foz do Rio Paraíba. Lavratura do termo oficial de posse da Capitania. Ataque potiguara e retirada desordenada da expedição.	Índios Potiguara (Chefe Iniguassu) e apoio de franceses Fernão Silva (Ouvidor-Geral)
1575	Expedição parte da Bahia. Tempestade a faz retornar sem chegar à Paraíba.	D. Luís de Brito (Governador Geral).
1579 / 1580	Tentativa de conquista de Frutuoso Barbosa, frustrada por forte tempestade.	Frutuoso Barbosa, comerciante de pau-brasil recebe Provisão de Capitão-mor.
1582	Queima de naus francesas, ancoradas próximas à Ilha da Camboa. Ataque dos índios e franceses e retirada da expedição	Frutuoso Barbosa Simão Rodrigues Cardoso (Ouvidor da Cap. de Pernambuco).
1584	Destruição de naus francesas na foz do Rio Paraíba. Construção do Forte São Felipe e São Tiago. Desentendimentos entre os comandos civil e militar.	Diogo Flores Valdez (Chefe militar) Francisco Castrejon (Capitão de Infantaria e chefe civil).
1585 maio	Chegada dos índios Tabajara à Paraíba.	Piragibe.
agos to	Acordo de paz com os Tabajara	Piragibe. João Tavares.
no-vem-bro	Escolha do local para fundação da Cidade N. Sra. das Neves	Martim Leitão Duarte Gomes da Silveira Cristovão Luiz (Engenheiro).
1599	Acordo entre portugueses, potigu-	Zorobabê (chefe Potiguara) Pau Seco (representante

DATA	FATOS	PERSONAGENS
	guara e tabajara.	dos Potiguara) Braço de Peixe, Pedra Verde e Braço Preto (representantes dos Tabajara) Feliciano Coelho de Carvalho (Governador da Capitania).

FONTES: MONTEIRO, Vilma dos Santos Cardoso. Pequena História da Paraíba. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPb, p. 39/68;
ALMEIDA, Horácio de. História da Paraíba. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPb, 1978, p. 13/101.

ANEXO Nº 3

ROTEIRO CRONOLÓGICO DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL

1657/1755

- 1657 - Concessão de sesmaria a André Vidal de Negreiros, seguindo a montante do Rio Paraíba (abarcaria os atuais municípios de Salgado, Natuba, Aroeira e Umbuzeiro).
- 1663 - Início da ocupação do Planalto da Borborema, conforme registra carta de doação de sesmaria, data-da de 1665.
- 1665 - Concessão de sesmaria, pelo Governador-Geral, a Antônio, Custódio, Constantino de Oliveira Ledo, Luiz Albernaz, Maria Barbosa Barradas e Sebastião Barbosa de Almeida, Bárbara de Oliveira. Os re-querentes, provindos da Bahia, formam o tronco da família Oliveira Ledo, com exceção de Luiz Alber-naz.
- 1669 - Fundação da situação do Boqueirão de Cabaceiras, por Antônio de Oliveira Ledo.
- 1670 - Fundação da aldeia missionária do Pilar, com ín-dios da nação Cariri.
- 1671/1672 - Missão do Padre Martin Nantes, no Cariri, em substituição ao missionário francês Teodoro de Lucé, que viera para o Arraial do Boqueirão, a convite de Antônio de Oliveira Ledo.
- 1670 - Concessão de sesmaria, pelo Governador-geral, a Antônio de Oliveira Ledo, Custódio de Oliveira, Gaspar de Oliveira, Gonçalo de Oliveira Pereira e outros, no Rio das Espinharas (vertente ocidental da Borborema).
- 1673 - Concessão de sesmaria a Antônio Pereira de Oli-veira, Gonçalo de Oliveira Pereira, Francisco Pe-reira de Oliveira e Mateus Pereira de Oliveira (filhos de Antônio de O. Ledo), associados ao Pe. Paulo da Costa Barros, no Rio da Piranhas.
- 1680 - Concessão de sesmaria a Constantino de Oliveira Ledo e um grupo de 18 pessoas no Rio Buti, sertão

de Piancó (1ª sesmaria requerida ao Governo da Paraíba).

- 1682 - Entrada promovida pelo Governo da Paraíba, Alexandre de Sousa e Azevedo, com a participação de Antônio de O. Ledo, que recebe por seus serviços, o posto de Capitão de Infantaria de Ordenança do sertão da Paraíba, firmado em 6 de fevereiro de 1682.

- 1687 - Confederação dos Cariris - sublevação do Rio Grande do Norte.

Formação de acampamentos militares: Açú-Manoel Soares de Abreu; Piranhas-Antônio de Albuquerque e Domingos Jorge Velho (em locais separados); Arraial de Constantino de Oliveira Ledo, capitão-mor das Piranhas e Piancó.

Nomeação de Domingos Jorge Velho como Mestre de Campo para dar combate aos índios sublevados.

- 1689 - Junção das tropas de Manoel Soares de Abreu, Antônio de Albuquerque Câmara e Domingos Jorge Velho, no Piranhas. Marcha pelo sertão, em três meses atingindo o Ceará e retornando.

- 1690 - Comando único de Matias Cardoso de Almeida (paulista). Renovação do aldeamento dos jardins.

- 1691 - Pedido de Domingos Jorge Velho para a entrega dos índios janduis aldeados.

- 1692 - Concessão do posto de Capitão-mor das Fronteiras das Piranhas e Piancó a Constantino de Oliveira Ledo. Ordem para receber o necessário para o sustento da guerra aos indígenas.

Envio de delegação a Bahia, pelo cacique Canindé, principal dos janduis, para negociar a paz.

Assinatura da paz, em 10 de abril.

- 1694 - Morte de Constantino de Oliveira Ledo. Nomeação de Teodósio de Oliveira Ledo, como Capitão-mor das Fronteiras das Piranhas, Cariris e Piancó.

Ordem do Governador D. João de Lencastro para que o capitão-mor da Paraíba Manuel Nunes Leitão movesse para o Piranhas uma aldeia de índios domesticados e outra de caboclos de Mamanguape e 25 soldados.

- 1695 - Manuel Nunes Leitão informa ao Governador-Geral que a "pacificação", dos sertões estava consumada. D. João de Lencastro recrimina Manuel Nunes Leitão pelo não atendimento da ordem emitida no ano anterior, informa ter conhecimento da existência de conflitos e ratifica a ordem.
- Fundação do Arraial de Piranhas por Custódio de Oliveira Ledo (4 de novembro).
- Nomeação de Manuel Araújo Carvalho, fazendeiro da Bahia, para combater os índios rebelados. Entra na Paraíba pela Borborema, desce no sertão das Espinharas, encontra-se com Teodósio, combate os Panatís e estabelece a paz. Parte para Piancó e após 2 anos, enfrentando os coremas, entabula conversação de paz, que é celebrada com festa. Viaja a Olinda, onde consegue a vinda de três sacerdotes seculares, que se mantêm por cinco anos no sertão.
- Aldeamentos pacificados: janduis-Goianinha; paia-cus-mudança de Catolé do Rocha para a Ribeira do Jaguaribe(Ce); coremas-sertão do Piancó; pegas-Piranhas(Pombal); sucurus-cabeceiras do Paraíba; icôs-Vale do Rio do Peixe e sertão do Apodi(Souza).
- 1697 - Viagem de Teodósio de Oliveira Ledo à capital da Paraíba. Fundação de Campina Grande (aldeia ariú)
- 1699 - Carta Régia estranha a violência de Teodósio de Oliveira Ledo, matando a sangue frio vários índios da tribo ariú.
- 1709 - Levante dos índios Pegas e Curemas - Carta Régia orienta providências, em 26 de junho.
- 1710 - Carta Régia manda quintar as presas nos locais de aprisionamento.
- 1718 - Capitão Jerônimo de Tavares vai ao sertão para castigar índio Tapuio revoltado.
- 1724 - Carta Régia refere-se à existência de três aldeias Coremas, Panatis e Icôs não inteiramente domesticadas.
- 1732 - Boato de levante geral dos índios.

- 1755 - Carta Régia manda "... conservar em suas aldeias os índios Panatis" e providenciar contra os que cometerem excessos contra os mesmos.

FONTE: PINTO, Irineu Ferreira. Datas e Notas para a História da Paraíba. João Pessoa, Editora Universitária/UFPb, 1977, Vol. I; ALMEIDA, Horácio de. História da Paraíba. João Pessoa, Editora Universitária/UFPb, 1978, Volume II; ALMEIDA, Elpídio de. História de Campina Grande. 2 ed. João Pessoa, Editora Universitária/UFPb, 1978.